

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



PATRIMÔNIO
DA SOCIEDADE
BRASILEIRA

FIOProsas

PROGRAMA DE SAÚDE, AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
DA FIOCRUZ

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

PRESIDENTE

Nísia Trindade Lima

VICE-PRESIDENTE de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde - VPAAPS

Patricia Canto Ribeiro (interina)

Coordenação da Área de Saúde e Ambiente - VPAAPS

Guilherme Franco Netto

Este documento foi elaborado e organizado por:

Virginia M L de Almeida

Juliana Wotzasek Rulli Villardi

Gabriela de Vasconcelos Costa Lobato

Guilherme Franco Netto (coordenação)

Projeto Gráfico e diagramação: Silvia de Almeida Batalha - VPAAPS/Fiocruz

Revisão: Suzane Durães - VPAAPS/Fiocruz

Sumário

Apresentação	4
1. O FioProsas.....	5
2. Contexto Institucional.....	8
3. Marco político conceitual.....	12
4. Eixos de atuação.....	18
5. Organização e Atuação do FioProsas – Dimensão Institucional.....	28
Referência Bibliográfica	29
Anexo I - PORTARIA N° 5792, de 23 de dezembro de 2020	31

Apresentação

Não é mera coincidência a elaboração e disseminação do presente documento do Programa Institucional Fiocruz de Saúde, Ambiente e Sustentabilidade (FioProsas) concomitantemente ao processo preparatório do IX Congresso Interno da Fiocruz. De fato, é uma declaração de intencionalidade de que este prossiga sendo um dos eixos estratégicos da instituição. É uma reafirmação de que há absoluta necessidade de que ambiente e sustentabilidade pertençam ao léxico e à prática da saúde coletiva e da saúde pública, enquanto expressão viva de sua transversalidade.

O 6º Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC), publicado em 2021, é uma revelação incontestada da inequívoca influência humana no aquecimento da atmosfera, do oceano e da terra, afetando muitos extremos climáticos em todas as regiões do globo; a temperatura global da superfície continuará a aumentar até pelo menos meados do século em todos os cenários de emissões considerados.

O aquecimento global de 1,5° C e 2° C será excedido durante o século 21, a menos que reduções profundas de dióxido de carbono (CO₂) e outras emissões de gases de efeito estufa ocorram nas próximas décadas. Ainda de acordo com o relatório, muitas mudanças no sistema climático tornam-se maiores em relação direta ao aquecimento global. Eles incluem aumentos na frequência e intensidade de extremos de calor, ondas marinhas de calor e fortes precipitações, secas agrícolas e ecológicas em algumas regiões, ciclones tropicais intensos, bem como reduções no gelo do mar Ártico, cobertura de neve e permafrost.

O aquecimento global contínuo é projetado para intensificar ainda mais a ruptura do ciclo global da água, incluindo sua variabilidade, precipitação global de monções e a severidade de eventos úmidos e secos.

Associado a esse cenário global, e suas expressões singulares na América Latina, em sua história recente, ao negligenciar as políticas públicas ambientais, o Brasil tornou-se um território universal de vulnerabilidades com intensas e profundas fraturas socioambientais: queima intensiva de biomassa em todos os biomas; intensificação e expansão de secas; aumento na intensidade e frequência de chuvas torrenciais em áreas urbanas e rurais; desastres tecnológicos de proporções jamais registradas, tais como o do da Bacia do Rio Doce, de Brumadinho, a extensa contaminação da costa litorânea por petróleo cru e a contínua e intensa carga química absorvida diuturnamente em nossos solos férteis.

Este documento sistematiza a capacidade de resposta da Fiocruz frente a esse desafio. Descreve a motivação e o objetivo de constituição do FioProsas; expõe o contexto institucional sobre o qual emerge o programa; aborda o marco político-conceitual que o sustenta; descreve os eixos de atuação e trata de sua dimensão institucional.



Guilherme Franco Netto

COORDENADOR DE AMBIENTE

VICE-PRESIDÊNCIA DE AMBIENTE,
ATENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE

1. O FioProsas

O lócus da área de Saúde, Ambiente e Sustentabilidade transcende os arranjos institucionais formais, navegando horizontal, transversal e verticalmente em e para toda a instituição, numa perspectiva de rede interativa interna, como um elemento central de produção científica e de fortalecimento da prática de serviços; e também numa relação externa que inclui a cooperação e o aporte ao aprimoramento de políticas públicas e o estabelecimento de cooperações e iniciativas voltadas à prestação de serviços estratégicos à população brasileira, em sua prática cotidiana. O desenho, implementação e consolidação do FioProsas implica necessariamente nesse mecanismo de parcerias.

Seu objeto principal é a articulação e a sistematização das iniciativas de ciência, tecnologia, inovação, educação e de produção tecnológica de serviços e insumos estratégicos, desenvolvidas e implementadas no âmbito da Fiocruz, por meio de suas unidades técnico-científicas, potencializando as ações no campo da saúde, ambiente e sustentabilidade (SAS).

Associado aos desafios epistemológicos, teóricos, conceituais, metodológicos, de ação e a velocidade do avanço tecnológico, bem como a magnitude da produção e disseminação da informação, esses são os vetores inerentes e essenciais à rede de SAS, que possui dimensões científicas, tecnológicas, políticas, filosóficas, econômicas e culturais.

O desafio é disponibilizar conhecimento e soluções que possibilitem o processamento integrado de informações geradas pelas políticas públicas, i.e., os grandes bancos de dados secundários; as informações produzidas pelas pesquisas empíricas e de modelagens matemáticas; informação digital, e as informações produzidas pela sociedade, de forma que múltiplas camadas transdisciplinares e intersetoriais possam ser examinadas a partir de problemas de ordem global, regional nacional, subnacional, local e territorial.

Desta forma, o FioProsas beneficiando-se da possibilidade de articulação de políticas, programas e projetos, e de tecnologia social e de informação, se constitui em um espaço estratégico e inovador de produção e disseminação contínua de conhecimento da complexa inter-relação entre saúde, ambiente e sustentabilidade, com aporte estratégico e retroalimentação.

O programa tem o potencial de ser um importante instrumento de aporte às áreas envolvidas com o campo da saúde, ambiente e sustentabilidade, e aperfeiçoamento de ações do Sistema Único de Saúde, em especial da Vigilância em Saúde, e ainda de aporte para a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e Organização Mundial da Saúde (OMS), sendo a Fiocruz um Centro Colaborador em Saúde Pública e Meio Ambiente.

São objetos identificados do FioProsas o apoio a iniciativas para o desenvolvimento de diretrizes e ferramentas relacionados com os determinantes socioambientais da saúde; o desenvolvimento de metodologias em questões emergentes nas áreas de saúde ambiental e na promoção de sistemas integrados de gestão e abordagens transdisciplinares; o aprimoramento de metodologias em áreas específicas; e o fortalecimento de sub-redes em SAS.

O programa amplia canais de interlocução com a sociedade e suas organizações para a identificação de vulnerabilidades geradoras de conflitos e o desenvolvimento de abordagens participativas na busca de soluções e alternativas. Abre possibilidade para que a vulnerabilidade sócio ambiental possa vir a ser uma nova categoria de análise da saúde coletiva e da saúde pública.

Esta iniciativa atende às orientações do Congresso Interno da Fiocruz por meio do fortalecimento e produção de novas abordagens, alternativas e inovações no campo da saúde, ambiente e sustentabilidade; da articulação e da sistematização de iniciativas em ciência, tecnologia, inovação, educação, desenvolvidas e implementadas no âmbito da Fiocruz e de suas unidades técnicas-científicas, sendo a equidade o princípio fundamental de trabalho do FioProsas.

Os resultados estabelecidos para o processo estratégico de saúde, ambiente e sustentabilidade se configuram como os objetivos do programa.



Objetivos

1

Contribuir para a mitigação dos impactos gerados pela matriz produtiva nacional, por meio do desenvolvimento de soluções sustentáveis para os problemas de saúde-trabalho-ambiente.

2

Fortalecer as vigilâncias no SUS, no âmbito da gestão da saúde nos territórios e nas regiões de saúde.

3

Contribuir para a redução de vulnerabilidades relacionadas à interface saúde-ambiente.

4

Contribuir para a consolidação da Agenda Global de Sustentabilidade e para o alcance das metas brasileiras para a conservação da biodiversidade.

5

Ampliar a compreensão e apoiar os mecanismos de organização e conhecimento da sociedade no que se refere à saúde, às vulnerabilidades socioambientais e à sustentabilidade.

6

Fortalecer as políticas públicas referentes à saúde, ambiente, biodiversidade e sustentabilidade, com ênfase no SUS.

7

Fortalecer as ações regulatórias em saúde relacionadas ao controle do uso de agrotóxicos no país.

2. Contexto Institucional

No processo de organização e sistematização das ações de saúde, ambiente e sustentabilidade no âmbito da Presidência da Fiocruz, foram instituídos o Programa de Saúde e Ambiente da Fiocruz e a Câmara Técnica de Saúde e Ambiente, atualmente sob a responsabilidade da Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS), estabelecida em 2009, com o intuito de fortalecer arranjos técnico-político-institucionais orientados para solucionar os problemas de saúde concretos.

Por sua experiência e seu reconhecimento internacional, a Fiocruz, sob coordenação da VPAAPS, foi designada Centro Colaborador em Saúde Pública e Meio Ambiente da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (Opas/OMS) em 3 de fevereiro de 2010. Como Centro Colaborador, a Fiocruz compartilha com outros países e regiões do mundo sua experiência em diagnóstico, intervenção, formação e competências educativas sobre questões do meio ambiente relacionadas à saúde pública. Atualmente suas atividades guardam relação com as prioridades definidas pela Presidência da Fiocruz, ou seja, o apoio à execução de ações relacionadas às estratégias e objetivos da Agenda 2030.

O VI Congresso Interno da Fiocruz, realizado no ano de 2010, apontou suas metas de longo prazo, visando identificar seu lugar enquanto instituição pública estratégica de Estado para a saúde e preparada para um mundo ainda mais complexo, globalizado e com novas exigências. Seu relatório final apontou que, em função da dinâmica social, a questão ambiental deveria considerar as dimensões científicas, tecnológicas, políticas, filosóficas, econômicas e culturais. Reforçou a necessidade de efetivação de políticas públicas estruturais de saneamento, infraestrutura, manejo, preservação e recuperação ambiental, bem como de ações estruturantes de educação ambiental e mobilização social em saúde, visando o empoderamento local e a valorização da sociobiodiversidade.

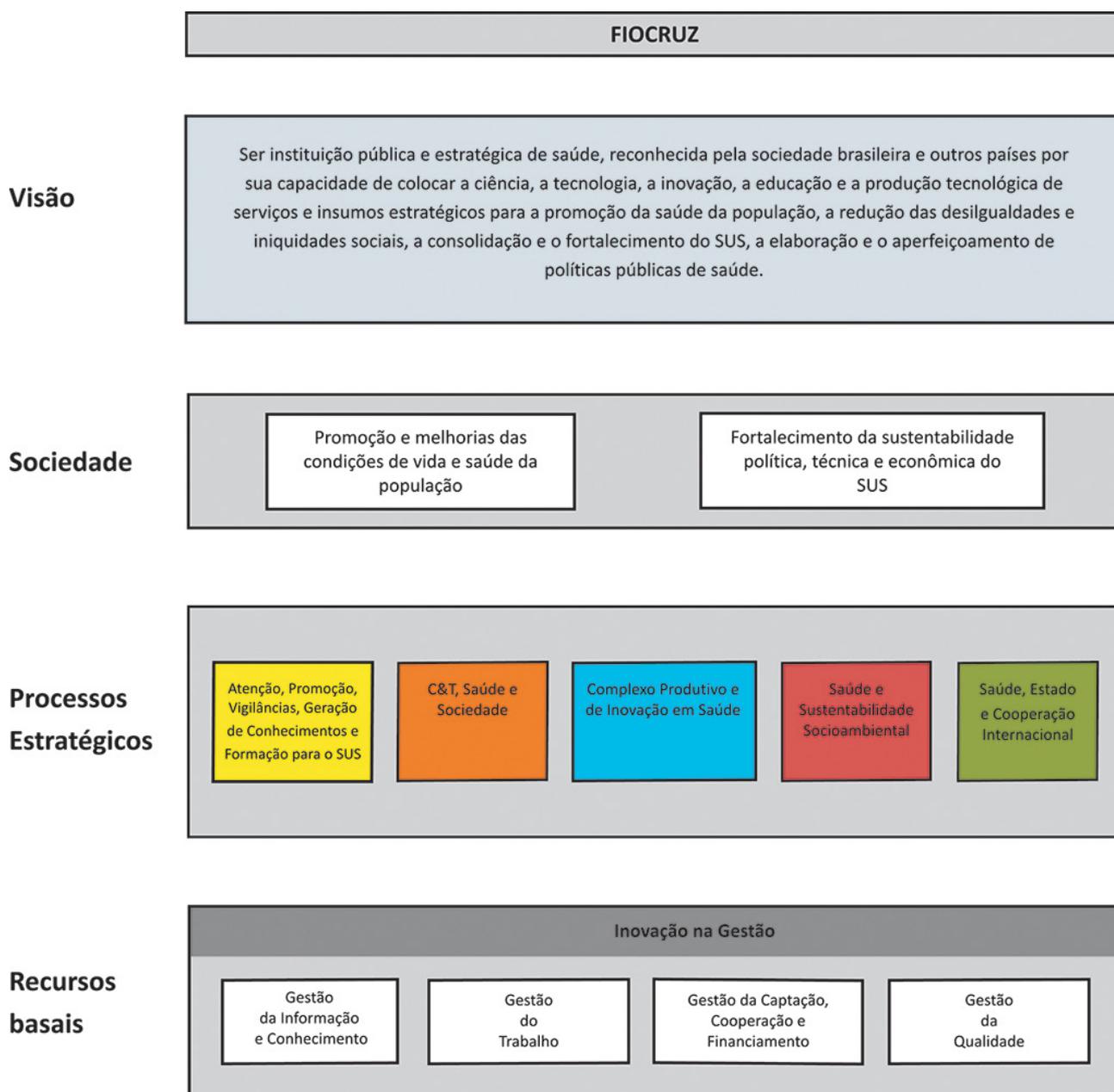
O Congresso Interno da Fiocruz reafirmou ainda que o manejo sustentável das matrizes ambientais interfere positivamente na determinação socioambiental da saúde e na melhoria das condições ecossanitárias, consideradas como promotoras da saúde. Desta forma, a pesquisa, a validação e a disseminação de tecnologias sociais territorializadas no campo da saúde e ambiente cumprem um papel relevante no desenvolvimento local. Naquele momento apontou-se para uma abordagem centrada e voltada para processos que norteiam o alcance de resultados para a sociedade.

**SAÚDE, AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE
FOI DEFINIDO
COMO UM DOS
CINCO PROCESSOS
ESTRATÉGICOS
PARA A FIOCruz**

Saúde, ambiente e sustentabilidade foi definido como um dos cinco processos estratégicos para a Fiocruz, tendo como objetivos: a) contribuir para a formulação e implementação de políticas públicas integradas de saúde, ambiente e desenvolvimento sustentável (articulando as dimensões de ensino, pesquisa, inovação em SAS); b) contribuir para a redução do impacto das migrações e das intervenções para o desenvolvimento sobre o ambiente e a saúde; e implantar políticas institucionais que promovam a utilização de tecnologias limpas, de caráter sustentável.

O VII Congresso Interno, realizado no ano de 2014, detalhou o mapa estratégico da Fiocruz.

Figura 1 - Mapa Estratégico da Fiocruz 2022. VII Congresso Interno Fiocruz. 2014



Os cinco processos estratégicos foram detalhados na visão e no conjunto de objetivos estratégicos da Fiocruz. O correspondente ao eixo SAS está apresentado na figura 2.

Figura 2 – Mapa Estratégico do Eixo Saúde e Sustentabilidade Socioambiental



Fonte: Plano Quadrienal Fiocruz - 2016 - 2020.

O processo estratégico de Saúde, Ambiente e Sustentabilidade compreende: ser instituição de referência no desenvolvimento científico-tecnológico e nos processos formativos, inovando na compreensão da saúde e de seus determinantes, e contribuindo para políticas públicas intersetoriais, na perspectiva da sustentabilidade socioambiental.

As teses aprovadas no VIII Congresso Interno, realizado em 2017, ao tempo que reafirmam o projeto de defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), ressaltam que esta premissa constitucional só pode se tornar realidade mediante um projeto de nação baseado na soberania nacional, na democracia da gestão dos espaços públicos, na construção de um Estado de bem-estar social, e no desenvolvimento com redução das desigualdades sociais.

Ainda, as teses afirmam que a geração de conhecimento da Fiocruz deve ser orientada para o cumprimento de sua missão e o diálogo com a sociedade, e organizada de forma a produzir novas abordagens, alternativas e inovações, conforme os princípios de equidade e solidariedade entre os povos, priorizando as populações mais pobres.

As teses reconhecem que a Agenda 2030, com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, é a mais abrangente referência internacional do período contemporâneo para mobilização de valores, direcionamento de modelos de desenvolvimento inclusivos e sustentáveis, justiça social e construção de alianças para a realização desse ideário, constituindo-se um importante marco de referência para a agenda e as perspectivas de médio e longo prazos da Fiocruz.

O IX Congresso Interno (2021) tem como eixos: a defesa da Ciência, da Saúde, do Mundo do Trabalho e Mudanças Climáticas e Ambiente e a Fiocruz do futuro também se relacionam diretamente ao campo de SAS.

A institucionalização do FioProsas corresponde a uma resposta a esse conjunto de orientações estabelecidas pelos Congressos Internos da instituição, a partir do atendimento às políticas públicas e ação social, em forte interação com os movimentos sociais, em torno do processo estratégico saúde, ambiente e sustentabilidade.

3. Marco político conceitual

A compreensão das relações entre ambiente, saúde e sustentabilidade, e a identificação de seus processos críticos ainda constituem um desafio para a ciência, o poder público e a sociedade de modo geral.

Para elaborar e produzir elementos e instrumentos capazes de articular ações alinhadas à natureza dessas relações, bem como planejar estratégias e mecanismos para a promoção da saúde, é preciso considerar aspectos conceituais, científicos e técnicos, assim como aqueles inerentes às políticas e intervenções que articulem o modelo de desenvolvimento, os sistemas socioecológicos e a saúde das coletividades (TAMBELLINI; MIRANDA, 2013).

A evolução humana demonstra que os principais problemas de saúde enfrentados pelas pessoas têm relação com a vida em comunidade, assim como com as demandas do controle e da melhoria do ambiente físico, da provisão de água e de alimentos de boa qualidade e em quantidade, de cuidados médicos, e do atendimento dos incapacitados e destituídos. A ênfase relativa colocada em cada um desses problemas tem variado de um tempo a outro, mas foi da inter-relação existente entre todos eles que deu origem à saúde pública como a conhecemos hoje (ROSEN, 1958).

Nas últimas três décadas, o reconhecimento da crise socioambiental e dos riscos ecológicos globais gerou conceitos-chave, como o do desenvolvimento sustentável, além de acordos internacionais que pautam agendas políticas, movimentos sociais, políticas públicas e a própria saúde coletiva (PORTO, ROCHA, FINAMORE, 2014).

O Brasil, com as características históricas de seu desenvolvimento e do lugar que ocupa no processo de produção e consumo das riquezas em escala global, constitui-se de cenários propícios aos impactos na saúde relacionados ao meio ambiente, o que se reflete no perfil de saúde de sua população. As ações desenvolvidas estão ainda descontextualizadas das vulnerabilidades e fatores de risco que impactam a situação de saúde local e demandam a adaptação dos processos de trabalho, de acordo com os fluxos e modelos na relação saúde e ambiente, para incorporarem novas formas na perspectiva da promoção da saúde, incluindo os processos de comunicação, educação e interação com a população, além da sustentabilidade.

A diversidade de ações sob a responsabilidade da área de saúde e ambiente tem definido a sua centralidade como espaço de indução, articulação e gestão de uma rede de parcerias em diferentes campos da ação pública e do SUS. A integração de ações e atividades reforça um olhar ampliado sobre as questões e problemas, garantindo maior efetividade e eficiência no encaminhamento de intervenções. A amplitude e a complexidade dos entrelaçamentos entre suas áreas de atuação constituem um desafio metodológico e de gestão, requerem ousadia política, ação estratégica e inovação, e articulação da ampla rede de parceiros governamentais e não governamentais.

Da mesma forma, a construção de uma relação estável, orgânica e crítica no processo de pactuação de agendas estratégicas desafia a indução de ampliação das atividades de pesquisa, educação, informação e desenvolvimento tecnológico, com superação da pulverização e falta de integração entre diferentes projetos institucionais.

O desafio está na identificação dos processos socioambientais geradores das condições que permitam situações de intervenção sanitária oportuna e integrada.

É preciso criar “formas possíveis de aproximação e participação das coletividades humanas envolvidas nesses processos, de modo que possam se apropriar do conhecimento produzido sobre eles na ação de vigilância em saúde, contribuindo para que as coletividades se tornem mais capazes e competentes no enfrentamento de situações de vulnerabilidade” (TAMBELLINI; MIRANDA, 2013), tendo a sustentabilidade socioambiental como um dos eixos articuladores.

Como premissas epistemológicas podem ser destacadas para compor o marco de referência conceitual do FioProsas:

**O DESAFIO ESTÁ
NA IDENTIFICAÇÃO
DOS PROCESSOS
SOCIOAMBIENTAIS
GERADORES DAS
CONDIÇÕES QUE
PERMITAM SITUAÇÕES
DE INTERVENÇÃO
SANITÁRIA OPORTUNA
E INTEGRADA.**

Determinação Social da Saúde (DSS)

Articulação dinâmica entre os diferentes elementos relacionados aos fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e fatores de risco à população.

Território

Vem se tornando o conceito que permite entender as situações provocadas pelo desequilíbrio de forças entre os atores e de aplicar propostas de desenvolvimento mais justas para o território. Este conceito deve ser entendido como resultado e agente produtor de pactos sociais negociados cotidianamente entre os atores territorializados. Uma espécie de ator coletivo estabelecido pela identidade produzida no cotidiano e pela proximidade e não meramente palco onde transcorre qualquer forma de situação social e ambiental (SANTOS, 1999).

Saúde Coletiva

Historicamente, o campo da saúde coletiva tem sido construído a partir de uma perspectiva de superação do caráter reducionista das políticas de saúde pública, que tende a desconsiderar a dimensão social da vida, limitando-a um feixe de relações ecológicas internas (a nível celular, orgânico, sistêmico, imunológico, etc.) ou externas (exposição a vetores, poluentes, acidentes, etc.), mesmo quando avança em direção a preocupações psicossociais, acaba por “patologizar” as relações intersubjetivas e os chamados comportamentos de risco. Ao questionar esses limites, o campo da saúde coletiva complexifica o escopo das pesquisas em saúde, pois passa a incorporar questões anteriormente periféricas, como as relações de poder, a estrutura social, as condições de vida e trabalho, as relações com a natureza que vão além da exposição a riscos à saúde, a tensões relativas à diversidade cultural, étnica, de gênero ou sexual, etc. Considerar essas outras dimensões da vida, impõe ao campo da saúde uma maior abertura ao diálogo e ao enfrentamento das injustiças que tendem a invisibilizar os direitos e necessidades daqueles grupos sociais, povos e comunidades mais vulnerabilizados cujas necessidades cotidianas de saúde são negligenciadas; ou cujas necessidades específicas são invisibilizadas em momentos de crise, como epidemias e desastres ambientais.

Epistemologias do Sul

Reconhece-se a importância e influência do referencial teórico das epistemologias do sul na proposta de cooperação ora em desenho. Ao dialogar com diversos pensadores do Sul Global, acadêmicos e não acadêmicos, reconhecem que a epistemologia hegemônica no ocidente está enraizada em uma experiência social e cultural específica, mas que ao mesmo tempo ignora ou invisibiliza todas as demais possibilidades de se compreender o mundo que existem. (Meneses, 2019). Ao reivindicar um status de universal, o modo de ver, sentir e pensar gestado no norte global descredibiliza e localiza todas as outras. Não reconhecendo a legitimidade delas e sua própria incompletude. Para enfrentar tais processos, que geram o que ele chama de abissalidade e monoculturas que geram exclusões radicais.

Ecologia dos saberes

Santos e Meneses (2008) propõem o que é denominado por eles de, isto é, a construção de processos que amplie o diálogo intercultural e o reconhecimento de que todas as formas de saber possuem critérios locais de validação que não podem ser reduzidos ou legitimados apenas pelo conhecimento científico, mas antes devem ser considerados nos contextos onde são produzidos e legitimados de acordo com os problemas que se propõem ou alcançar solucionar. A avaliação da validade de um conhecimento deve ser alcançada a posteriori de forma pragmática e não estabelecida a priori de acordo com critérios arbitrariamente definidos, sejam eles quais forem.

Promoção emancipatória da saúde

Dados os objetivos da cooperação ora proposta, pensamos ser estratégico propor orientar a proposta de pesquisa e intervenção por conceitos que têm sido gestados no âmbito da atuação da própria Fiocruz. Um desses conceitos é o de promoção emancipatória da saúde (PORTO et.al, 2009), que tem sido formulado a partir do diálogo entre experiências de luta por direitos humanos e sanitários nas favelas do Rio de Janeiro com movimentos de luta por justiça ambiental no Brasil. É um dos conceitos orientadores tanto do trabalho do Núcleo de Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde (Neepes) quanto do Laboratório Territorial de Manguinhos (LTM). Pode ser compreendido como uma perspectiva dialética de promoção da saúde baseada na produção compartilhada de conhecimentos e práticas que promovam as várias dimensões da justiça em territórios vulnerabilizados, na qual há uma mediação entre os conhecimentos produzidos pela academia e pelos movimentos sociais, contextualizados nas dinâmicas próprias de cada território e que visam gerar dispositivos políticos e pedagógicos para a transformação social e ambiental.

Geografia Crítica e Humanística

Crítica: esse paradigma geográfico baseia seus estudos nas relações sociedade/natureza, mas centraliza as suas análises na segunda natureza - a natureza produzida pelo homem. Nessa amplitude, a primeira natureza - a natureza natural, é considerada apenas como recurso a ser apropriado e transformado em coisas úteis para o homem. Sobre esse enfoque, propõe-se a um engajamento ideológico-político, que tem na leitura e na compreensão transformadora do espaço geográfico a contribuição da geografia para a superação das desigualdades sociais e, portanto, para a construção de uma sociedade mais justa. Subjacente a esse enfoque, o progresso e o desenvolvimento baseados no tecnicismo, tão relevantes para a afirmação, consolidação e para a dinâmica da modernidade capitalista, e fundamentais, para as relações predatórias entre a sociedade e natureza, que encantaram o próprio Marx, não são questionados. Apenas se vislumbra a apropriação coletiva dos resultados do avanço tecnológico, inclusive do espaço geográfico (OLIVEIRA, FARIAS e SÁ, 2008).

Portanto, a geografia crítica ou radical, ao centrar o seu enfoque na produção capitalista do espaço geográfico, atentando para as desigualdades sociais e econômicas que compõem a dimensão espacial inerente a esse modo de produção, faz da questão da degradação da primeira natureza sob esse sistema produtor de mercadorias, das questões de gênero, sexo, etnia, raça, religião, localismos, regionalismos etc. (OLIVEIRA, FARIAS e SÁ, 2008).

Humanística: a abordagem humanística na Geografia tem como base conceitual os trabalhos realizados por Yi-Fu Tuan, Anne Buttimer, Edward Relph, A. Frémont, Eric Dardel e outros. Nesses aportes, o estudo dos fenômenos adquire plausível reconhecimento quanto ao propósito de alcançar um melhor entendimento do homem e de sua condição no mundo vivido. Na ciência geográfica re-significa o movimento e a conduta dos homens para com o meio ambiente, posto que entrosa, numa relação afetiva, as humanidades e as Ciências Sociais tendo a Terra como substrato para as interpretações dessa proximidade. Tuan (1980) afirma que o meio ambiente artificial que nós, seres humanos, construímos é um resultado dos processos mentais, onde o todo construído se dá no sentido de que nós sintamos mais confortáveis na natureza, pelo sentimento de pertencimento para com o modificado. Buttimer (1985, p. 170) se refere a um modo filosófico de reflexão a respeito da experiência consciente e uma tentativa para explicar isso em termos de significado e significância. Relph (1979) aborda a dimensão do fato cultural, das intenções e atitudes humanas. Para o autor há tantas geografias quantas são as percepções do mundo. A proposta humanística traz a necessidade de que o conhecimento do mundo humano parte do estudo das relações das pessoas, de suas experiências com a natureza, seu comportamento geográfico, sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar (TUAN, 1985, p.143). Essa intenção permite melhor compreender o comportamento e as maneiras de sentir das pessoas em relação aos seus lugares de vivência, pois conforme sua visão de mundo expressa através de suas atitudes e valores para com o quadro ambiental e representam reflexo direto na forma como as transformações deste ambiente serão conduzidas. (OLIVEIRA, FARIAS e SÁ, 2008).

Cartografia Social

De acordo com Almeida (2018), a nova cartografia social visa superar os limites da cartografia hegemônica e “propiciar uma pluralidade de entradas a uma descrição aberta, conectável em todas as suas dimensões, e voltada para múltiplas experimentações fundadas, sobretudo, num conhecimento mais detido de realidades localizadas”. Esse processo se baseia sobretudo em “relações de pesquisa e de confiança mútua entre os investigadores e os agentes sociais estudados, que se referem aos chamados povos e comunidades tradicionais”.

O resultado que se espera desse processo de cartografia que dialoga com o conhecimento dos povos e comunidades tradicionais a respeito do próprio território deve incluir “múltiplos agentes, os quais contribuíram à descrição com suas narrativas míticas, suas sequências cerimoniais, suas modalidades próprias de uso dos recursos naturais e seus atos e modos intrínsecos de percepção de categorias (tempo, espaço, lugar) e objetos”. Isso quer dizer que se pretende superar um olhar externo e objetificante que, historicamente, tem dominado a relação de cartógrafos, geógrafos e etnólogos com a territorialidade dessas populações. A cartografia social busca propiciar as condições para que os sujeitos de pesquisa se apropriem e sistematizem o conhecimento produzido no processo como forma de fortalecer suas lutas sociais. De acordo com O'Dwyer (2011), essa questão se torna ainda mais relevante em um contexto político no qual a autoidentificação étnica e a reivindicação de reconhecimento legal dos territórios tradicionais se tornam estratégicos para o bem-estar e a sobrevivência de povos e comunidades submetidos a diversas pressões derivadas de um modelo de desenvolvimento social excludente e injusto.

Vigilância Popular da Saúde

Descolonizar a saúde coletiva, a vigilância e as práticas de promoção implica promover diálogos mais horizontalizados em contextos de lutas sociais com os grupos sociais que apesar de radicalmente excluídos dos processos decisórios nas suas sociedades, lutam por maior democratização do conhecimento e o reconhecimento de seu saber sobre os processos de adoecimento e promoção da saúde em que estão envolvidos; estando o campo da vigilância em saúde preparado para este diálogo, e disposto a relativizar a pretensa superioridade epistêmica da ciência que tem historicamente orientado a relação do Estado e dos técnicos com a população em geral. Isso permitirá a emergência de saberes e práticas emancipatórias que superem os limites da reivindicação de universalismo do modo de pensar e sentir que se tornou hegemônico no mundo com a globalização eurocentrada que está em curso desde meados do milênio passado e que invisibiliza alternativas em termos de outras sociabilidades, economias, saber, sentir, trabalhar, produzir e de se relacionar com os mundos não humanos (entendidos como naturais ou não) (BOAVENTURA, CARNEIRO, 2020; MACHADO, 2021; SANTOS, 2007; SEVALHO, 2016) .

Epidemiologia Crítica

Os fenômenos envolvidos no processo saúde-doença constituem movimentos sociais, e dessa maneira, devem ser entendidos como realmente se apresentam: históricos, complexos, subdivididos, divergentes, dependentes e incertos (ALMEIDA FILHO et al., 2012). A epidemiologia crítica se distingue, de outras abordagens epidemiológicas clássicas, pela tenacidade em investigar os determinantes sociais do processo saúde-doença, se tratando, no entanto, de uma distinção no plano teórico (BARATA; ALMEIDA FILHO; BARRETO, 2012). A epidemiologia crítica apresenta como ponto central a forma pela qual a sociedade e os diferentes modos de organização social influenciam a saúde e o bem-estar das pessoas e dos grupos sociais, com o intuito de compreender, de forma mais abrangente, porque ocorrem as desigualdades em saúde (RAMOS et al., 2016). Ainda no tocante às definições conceituais, o autor, Jaime Breilh (2015) pondera sobre a definição e diferenças entre ‘determinantes sociais’ e ‘determinação social’ do processo saúde-doença. No primeiro, os eventos em saúde são mensurados enquanto fatores de risco que precisam ser enfrentados de forma individualizada, revelando a visão cartesiana em que as partes são fundamentais e, quando somadas, oferecem uma ideia da totalidade. Já o segundo conceito, o de determinação social, permite compreender os processos que combinam a estrutura, os modos de vida dos grupos e as condições individuais de vida. Deste modo, ao pensar sob a perspectiva da epidemiologia crítica, estamos diante do desafio da superação da visão causalista no que se refere à explicação dos fenômenos, assumindo o conceito de determinação social como sendo o mais adequado para a compreensão de processos sociais complexos.

Direitos Humanos e Saúde

O direito à saúde está inserido em um amplo grupo de questões relacionadas à saúde e ao bem-estar, assim como os diferentes direitos humanos, interligados e dependentes entre si. A saúde não existe de forma isolada da vida das pessoas, da sociedade. Considerando todos os direitos humanos fundamentais, a relação com a saúde vai além da potencial redução da vulnerabilidade, em termos de problemas e fatores de risco. O direito à saúde está diretamente relacionado ao desenvolvimento da saúde e envolve necessariamente a participação social, o acesso à informação, a comunicação, que se tornam instrumentos e potencializam a democracia, o exercício da cidadania e a própria

garantia desses direitos considerados fundamentais. A Organização Mundial da Saúde estima que 23% de todas as mortes estão ligadas aos riscos ambientais como poluição do ar, contaminação da água e exposição a produtos químicos. O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas aprovou uma resolução¹ (março 2021) reafirmando as obrigações dos Estados de proteger os direitos humanos, inclusive tomando ações mais fortes sobre os desafios ambientais.

Ecologia Política e Justiça Ambiental

A ecologia política é considerada uma abordagem teórica que abriga uma tendência evolutiva do movimento ambientalista e propõe a análise dos problemas ambientais em função do seu contexto social, econômico e político-ideológico (Jatobá, 2009). A expressão “Ecologia Política” foi introduzida por Wolf em 1972 (MARTINEZ-ALIER, 2007) a partir da discussão da importância da pressão demográfica sobre os recursos naturais, trazendo à tona conceitos relacionados à forma sustentável de uma população em um dado território. Nos anos 80 e 90 são utilizadas ferramentas analíticas para relacionar a degradação ambiental, a opressão social em contextos de desigualdade social e a explicação dos conflitos socioambientais com base nas relações desiguais de poder. (BRYANT & BAILEY, 1997). Os movimentos ambientais em defesa das populações vulneráveis nos países desenvolvidos, e também no contexto dos países em desenvolvimento, emergem com base na lógica de acumulação de capital, a partir de um modelo explorador de matérias-primas e na exploração predatória de recursos naturais. Para BREILH (2014), o consumo não ocorre de forma natural, e não é a essência da reprodução social única, e sim um processo consciente de criação de cultura e de formas organizativas e de formação de poder no território. De acordo com PORTO (2005), a temática ambiental pode ser considerada um desafio civilizatório incontestável, o qual vem se integrando mais e mais à agenda política de todas as nações; e compreender problemas de saúde simultaneamente a partir de perspectivas ecológicas e sociais é fundamental para que propostas de desenvolvimento econômico e tecnológico possam resultar em balanços mais positivos entre os benefícios e os prejuízos dele decorrentes, seja para a saúde dos trabalhadores, da população em geral ou dos ecossistemas. Também o conceito de justiça ambiental, e os movimentos sociais a ele vinculados são estratégicos para a integração teórica, política e operacional em saúde, ambiente e trabalho.

1 <https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/RegularSessions/Session46/Pages/46RegularSession.aspx>

4. Eixos de atuação

Um dos pontos centrais para o desenvolvimento institucional está relacionado à capacidade de superação da fragmentação, muitas vezes com duplicação de atividades, pulverização de recursos e ineficiências.

O compartilhamento de conhecimentos, identificação de convergências, de atuação numa nova perspectiva, em um novo contexto, de reorganização do processo de trabalho, deve se dar não apenas por áreas temáticas, mas principalmente por questões e problemas nos territórios. Um olhar horizontalizado sobre as questões na perspectiva de um trabalho em rede.

“Reforçar o caráter transversal e integrador dos temas e não segmentações programáticas ou setoriais, as quais favorecem discussões isoladas. Neste sentido, as reflexões setoriais devem decorrer da análise de questões gerais que norteiam as estratégias em saúde, ambiente e sustentabilidade da Fiocruz.”

Fonte: Conselho Deliberativo da Fiocruz - diretriz conteúdo do VIII Congresso Interno, 2017

O programa tem como princípios a contribuição para a redução das desigualdades, a promoção do desenvolvimento sustentável e o fortalecimento do SUS, com a ampliação do acesso à informação e de incremento nas atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico, gestão e educação.

Como diretrizes = resultados para sociedade (Figura 2).

A implementação do programa se dá por meio dos seguintes eixos de atuação: (i) a geração do conhecimento, ensino e inovação em SAS; (ii) suas áreas temáticas e (iii) Vigilância em Saúde/Informação.

Geração do conhecimento, ensino e inovação em SAS

O eixo Geração de Conhecimento inclui ações de pesquisa, educação e disseminação do conhecimento.

As linhas gerais de pesquisa deverão ser apontadas na perspectiva da dimensão institucional, da integralidade de conhecimento e da integração de áreas e agendas.

As atividades educacionais deverão ser realizadas em cooperação com as unidades da Fiocruz, incluindo disciplinas e cursos relacionados a temática de SAS, por meio de parcerias e/ou cooperações externas.

Como destaque de cooperação externa internacional tem-se a iniciativa inovadora de cooperação entre a Fiocruz, Universidade de Paris 8, Universidade de Coimbra, por meio do Centro de Estudos Sociais e o Centro de Ecologia Funcional, e a Universidade Nova de Lisboa, com o propósito de criar uma Universidade Colaborativa Internacional.

As cooperações externas dão continuidade à missão estratégica da Fiocruz de desenvolver espaços de articulação que estabeleçam diálogos interdisciplinares e interculturais da saúde coletiva com outras instituições e campos de conhecimento, em especial com as ciências sociais e humanas, a educação e as ciências ambientais.

Os processos de cooperação e parcerias, devem ser desenvolvidos de forma colaborativa entre as partes, contribuindo para um pensamento inovador, pelos quais as crises econômicas, sanitárias e ecológicas aprofundam a determinação socioambiental da saúde, neste momento crucial da humanidade, em que uma pandemia (Covid-19) de magnitude inédita nos últimos cem anos, assola o planeta.

A disseminação do conhecimento também envolve ações relacionadas a seminários, encontros, ciclos de estudos, debates e demais.

Áreas temáticas

As principais áreas temáticas foram definidas pelo VII Congresso Interno e complementadas ao longo de discussões no âmbito da Ciência, Tecnologia, Saúde e Ambiente (CTSA) e por demandas pautadas junto a VPAAPS.

O FioProsas aponta de forma mais aberta para o acolhimento de novas induções temáticas, tais como água como bem comum, saúde e natureza e outros que surgirão.

AGROTÓXICOS E SAÚDE

A problemática dos agrotóxicos constitui um metatema de investigação científica na área das ciências da saúde, em especial para a saúde coletiva, o que justifica sua presença entre os objetos de atuação da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Essa questão mobiliza conhecimentos e ações na saúde pública, que exigem uma perspectiva sistêmica de análise, do nível molecular ao social, requerendo conhecimentos de diferentes campos disciplinares, tais como biologia, toxicologia, clínica, epidemiologia, agronomia, geografia, sociologia, antropologia, economia e bioética.

Diante dos inúmeros desafios que se impõem com os complexos problemas socioambientais, faz-se necessário produzir um conhecimento contextualizado e crítico, pautado pela inclusão do contexto socioambiental nos diferentes estudos. O desafio está especialmente posto para o campo da toxicologia aplicada, havendo questões epistêmicas, metodológicas, técnicas, bioéticas e de políticas de saúde que devem ser examinadas. Uma tarefa fundamental para uma instituição como a Fiocruz é tomar para si a responsabilidade de rever o campo da toxicologia em seus fundamentos, conceitos, conteúdos e métodos de investigação, bem como seu compromisso com a implementação de políticas protetoras da saúde e da vida e com o controle vetorial diante da toxicidade dessas substâncias em seu uso agrícola e urbano.

BIODIVERSIDADE E SAÚDE

A biodiversidade está intrinsecamente relacionada à saúde, pois define o funcionamento dos ecossistemas, que, em última análise, contribuem para a saúde, a subsistência e o bem-estar (SANDIFER, 2015). Esta área temática também é desafiadora devido às complexas interligações, incluindo mecanismos de causalidade, entre biodiversidade, serviços ecossistêmicos e saúde humana. Os temas a serem cobertos em biodiversidade e saúde incluem biodiversidade e perdas de habitat devido ao uso humano, mudanças climáticas e desenvolvimento desenfreado (SANDIFER, 2015) e as relações entre estruturas econômicas, sociais e institucionais, exploração de ecossistemas e degradação ambiental.

A biodiversidade integra o Programa de Saúde, Ambiente e Sustentabilidade da instituição e foi unanimemente reiterada pelos delegados do VII Congresso Interno, em 2016, na aprovação de seu novo estatuto, que estabelece como uma de suas finalidades “promover atividades de pesquisa, ensino, desenvolvimento tecnológico e cooperação técnica voltadas para a conservação do meio ambiente e da biodiversidade” (artigo 1º, item XI).

CLIMA, SAÚDE E CIDADANIA

As mudanças climáticas e ambientais globais podem produzir impactos sobre a saúde humana com diferentes vias e intensidades. Por um lado, essas mudanças impactam de forma direta a saúde e o bem-estar da população, caso das ondas de calor ou outros eventos extremos, como furacões e inundações. No entanto, na maior parte das vezes esse impacto é indireto, mediado por mudanças no ambiente, como a alteração de ecossistemas, de sua biodiversidade e de ciclos biogeoquímicos.

No caso das doenças infecciosas, os mecanismos de produção de agravos e óbitos são condicionados ou determinados por inúmeros fatores ambientais e sociais. Entre os grupos de doenças que podem ser afetados pelas mudanças climáticas e ambientais, além das consequências diretas dos eventos climáticos e meteorológicos extremos, encontram-se as transmitidas por vetores, as relacionadas ao saneamento ambiental e os problemas de saúde decorrentes da seca ou das inundações prolongadas, como a fome, a desnutrição e as doenças mentais.

GRANDES EMPREENDIMENTOS E IMPACTOS SOBRE A SAÚDE

Consideramos como grandes empreendimentos quaisquer processos produtivos, de natureza pública ou privada, que resultem em profundas transformações no território, ocasionando reorganização das relações econômicas, sociais e ambientais. Inevitavelmente, esses empreendimentos, por sua complexidade e dimensão, produzem, contraditoriamente, efeitos positivos e prejudiciais no que se refere à saúde das populações, em suas áreas de influência.

Em mais de um século de atuação, a Fiocruz se pautou na busca pela promoção da saúde e o desenvolvimento social, seja no campo da difusão do conhecimento científico, tecnológico, dos serviços ou no compromisso com as condições sócio-sanitárias de populações adjacentes aos grandes projetos do país. O atual cenário de impactos oriundos de grandes projetos indica a necessidade da formação de agendas específicas, incluindo governo, movimentos sociais e a academia, de forma a se obter uma abordagem integrada para a resolução dos problemas de saúde frente aos riscos de tais projetos. Neste contexto, há de se considerar a vulnerabilidade institucional existente no Brasil (FIOCRUZ, 2014, p. 53).

SANEAMENTO E SAÚDE

A relação entre saneamento e saúde envolve necessariamente a compreensão de três grandes pilares inter-relacionados do desenvolvimento sustentável, incluindo direitos humanos, justiça ambiental e promoção da saúde. O saneamento envolve o fornecimento de água potável limpa e segura e a eliminação adequada de esgoto. O acesso físico e financeiro ao saneamento está associado à pobreza e gera enormes desigualdades, onde os mais afetados geralmente incluem as populações vulneráveis.

No Brasil, as iniquidades socioambientais acompanham a discriminação no acesso aos serviços. Para superar o enorme passivo de acesso desses serviços é preciso reconhecer a prioridade do saneamento na agenda pública. Além disso, ainda é nítido o distanciamento entre saúde coletiva e saneamento em todas as esferas (municipal, estadual e federal) (SILVA et al, 2018). É preciso uma aproximação das ações do saneamento do SUS e vice e versa, principalmente no contexto atual de política de privatizações dos serviços.

SAÚDE DOS POVOS E POPULAÇÕES DO CAMPO, DA FLORESTA E DAS ÁGUAS

A saúde de grupos socialmente vulneráveis é amplamente afetada pelos atuais modelos de produção predominantes. Esses modelos sobrecarregam os ecossistemas, causam conflitos sociais e perturbam a saúde e a qualidade de vida de minorias e/ou grupos populacionais vulneráveis - efeitos que são tipicamente exacerbados pela pobreza e falta de acesso a serviços de educação e saúde, principalmente nos extremos de idade (crianças e idosos). Compreender como a saúde das populações vulneráveis é afetada requer o exame das trajetórias sociais e a evolução e interação das posturas culturais, ambientais, econômicas e políticas.

Importante dentro desta questão é o conceito de ruralidade, que visa compreender as diferentes formas de distribuição de várias populações, incluindo aquelas que vivem perto de áreas urbanas, isoladas ou dispersas, onde a densidade populacional, aspectos culturais e estilos de vida são fatores relevantes a considerar.

SAÚDE DO TRABALHADOR

A saúde do trabalhador é um campo multidisciplinar que abrange não só saúde e segurança no trabalho (ou seja, saúde ocupacional), mas todas as posturas sociais, culturais, econômicas, ambientais e políticas atuais e históricas que influenciam a relação entre trabalho e sociedade, que em última análise define a qualidade de vida e bem-estar dos trabalhadores, suas famílias e populações. Hoje, essa relação é conceituada sob a tríade produção (como desenvolvimento social e econômico), meio ambiente (como sistema socioecológico) e saúde, tendo a desigualdade como uma perspectiva central de compreensão. Segundo Minayo-Gomez (2012), a concepção de saúde do trabalhador tem como premissa teórica central o reconhecimento dos trabalhadores como sujeitos políticos coletivos, depositários de um saber emanado da experiência e considerados agentes essenciais de ações transformadoras.

No campo da Saúde do Trabalhador, enfrenta-se o desafio de encontrar metodologias e conceitos adequados à compreensão da multiplicidade das formas de trabalho e a sua relação com a saúde. Além disso, a conjuntura política do país tem indicado a tendência à perda de direitos na esfera das relações de trabalho e previdenciárias que, já repercute na saúde dos trabalhadores brasileiros (SOUZA, et al, 2018).

AGROECOLOGIA E SAÚDE

Considerando os enormes desafios que o sistema alimentar global enfrenta, a Fiocruz identificou a necessidade de fortalecer a relação entre saúde e agroecologia, que busca otimizar as interações entre plantas, animais, humanos e meio ambiente, levando em consideração os aspectos sociais que precisam ser direcionados para um sistema alimentar sustentável e justo (FAO, 2018), na perspectiva de acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável, atendendo ao ODS 2. Em relação à crise hídrica planetária, a Fiocruz também está examinando a relação entre saúde e água como bem público, além da mais tradicional quantidade / qualidade de sistemas e serviços de água e esgoto. Outras questões também incluem territórios sustentáveis e saudáveis, bem como cidades saudáveis, visando tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

QUALIDADE DO AR E SAÚDE

Atualmente, a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera a poluição do ar a maior causa ambiental de adoecimentos e mortes no mundo com cerca de 7 milhões de mortes prematuras a cada ano atribuídas aos efeitos tanto da poluição ambiental quanto daquela produzida dentro dos domicílios, com 94% dessas mortes ocorrendo em países de baixa e média renda. Também a OMS reconhece que a poluição do ar é um fator de risco crítico para doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), causando cerca de um quarto (24%) das mortes por doenças cardíacas, 25% por acidentes vasculares cerebrais, 43% por doença pulmonar obstrutiva crônica e 29% por câncer de pulmão (WHO, 2018).

Diversos estudos em todo o mundo demonstram a associação entre a poluição atmosférica e os efeitos adversos na saúde humana, tanto na mortalidade quanto na morbidade, principalmente por doenças respiratórias e cardiovasculares; inclusive apresentando evidências de efeitos adversos na saúde humana mesmo em níveis abaixo dos padrões de emissão permitidos pela legislação (OLMO, 2011; GOUVEIA et al, 2017; GOUVEIA e JUNGER, 2018).

SAÚDE INDÍGENA

Numa perspectiva de integralidade das áreas de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde da VPAAPS e da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, se apresenta pelo reconhecimento da necessidade da implantação de um subsistema de saúde específico representa o reconhecimento dos direitos sociais no campo da política pública de saúde e um forte movimento de inclusão social. A proposta desta agenda deve estar orientada para o fortalecimento do SUS, suas diretrizes, estratégias e ações. A atenção integral à saúde indígena, bem como o saneamento e vulnerabilidade socioambiental, em consonância com as políticas e os programas do SUS, devem observar as práticas de saúde tradicionais indígenas.

BIOMONITORAMENTO E SAÚDE HUMANA

A indução de iniciativas voltadas para a área de Vigilância em Saúde e Ambiente permitirá não somente a consolidação de processos de desenvolvimento de tecnologias, mas principalmente a abertura de novas possibilidades voltadas à inovação e a construção de soluções para problemas decorrentes da interface da saúde com as dimensões definidas como prioritárias para a Fiocruz.

TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS

Em 2019 a presidência da Fiocruz instituiu o Programa Institucional de Territórios Sustentáveis e Saudáveis (PITSS) e designou a VPAAPS, em parceria com a Estratégia Fiocruz para Agenda 2030 (EFA 2030), para identificar e propor o modelo de governança e os mecanismos de planejamento e gestão do PITSS por meio da portaria nº 5.555/2019. Em abril de 2019 o conselho deliberativo aprovou o termo de referência conceitual e metodológico e proposta de governança do programa. (<https://portal.fiocruz.br/documento/tr-pitss-programa-institucional-de-territorios-sustentaveis-e-saudaveis>)

Vigilância em Saúde / Informação

A proposta é a de criação de um **espaço interativo** das iniciativas relevantes de construção de dispositivos (observatório, mapa, centro etc.), que são essencialmente mecanismos tecnológicos de gestão de dados e informações processados, analisados e relatados a partir do cardápio de perguntas técnico-políticas formulado pelos seus usuários.

Dentre os desafios estratégicos neste eixo, aponta-se a necessidade de desenvolver soluções que possibilitem o processamento integrado de informações geradas pelas políticas públicas, i.e., os grandes bancos de dados secundários; as informações produzidas pelas pesquisas empíricas; as informações produzidas por modelos matemáticos, informação digital, e as informações produzidas pela sociedade, de forma que múltiplas camadas transdisciplinares e intersetoriais possam ser examinadas a partir de problemas de ordem global, nacional, regional, local e territorial.

Desta forma, o FioProsas beneficiando-se da possibilidade de articulação de políticas, programas e projetos, e de tecnologia social e de informação de ponta, se constitui em um espaço estratégico e inovador de produção e disseminação contínua de informação da complexa inter-relação entre saúde, ambiente e sustentabilidade, com aporte estratégico e retroalimentação, compartilhando, disseminando e articulando em rede, conhecimento no âmbito da saúde, ambiente e sustentabilidade. Está amparado pela Política de Inovação da Fiocruz que tem como objetivo orientar as ações institucionais de incentivo e gestão da inovação, de forma a promover a geração de conhecimento, e a ampliação do acesso à saúde para a sociedade.

Os desafios epistemológicos, teóricos, conceituais, metodológicos, de ação e a velocidade do avanço da quarta revolução tecnológica, bem como a magnitude da produção e disseminação da informação, são os vetores inerentes e essenciais ao FioProsas.

Internamente à Fiocruz, neste lócus da área de Saúde, Ambiente e Sustentabilidade, destacam-se como parceiros de suporte tecnológico: o Centro de Integração de Dados e Conhecimento em Saúde (CIDACS) <https://cidacs.bahia.fiocruz.br/>; o Programa de Computação Científica (PROCC) <https://portal.fiocruz.br/en/procc-programa-de-computacao-cientifica-ingles>; os diversos dispositivos do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT) <https://www.iciet.fiocruz.br/>.

Nesta perspectiva destacam-se: o Sistema de Informação em Saúde Silvestre - SISS-Geo, vinculado ao Programa Institucional Biodiversidade & Saúde, da Presidência da Fiocruz; o Mapa de Conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil, gerido pela Fiocruz e pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase); o Atlas da Água - Sistema digital de visualização e análise de indicadores sobre a qualidade da água, saneamento e saúde, produzido e gerido pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT/Fiocruz) e pela

Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS); o Observatório de Clima e Saúde alinhado com a missão proposta pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT); o Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde (Cepedes) da Fiocruz vinculado à Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) e a Plataforma de Inteligência Cooperativa com Atenção Primária à Saúde (PICAPS/Gereb).

Este mecanismo deverá também incluir parceiros externos, tais como o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação <https://www.lncc.br/>, o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE), da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ <https://www.coppe.ufrj.br/>, entre outros a identificar.

O FioProsas se propõe a constituir um ambiente físico e virtual, espaço interativo e integrativo de plataformas tecnológicas em saúde, ambiente e sustentabilidade, que permita o acesso aos seus dados e informações, visando o processo de Análise de Situação de Saúde Ambiental, acesso e disseminação de informação e conhecimento relacionado ao tema, e a participação da sociedade civil.

A tecnologia a ser adotada deverá, necessariamente, possibilitar que seu uso seja acessado amplamente pela rede web, de forma a apoiar tomadores de decisão, gestores públicos, acadêmicos e pesquisadores, para que a sociedade possa se beneficiar de seus ambientes de trabalho.

O FioProsas terá o potencial de aportar as áreas envolvidas com o campo da saúde, ambiente e sustentabilidade, e de aperfeiçoamento de ações do Sistema Único de Saúde, em especial, da Vigilância em Saúde, e ainda de contribuir para a OPAS/OMS, sendo a Fiocruz um Centro Colaborador em Saúde Pública e Meio Ambiente.

5. Organização e Atuação do FioProsas – Dimensão Institucional

A característica da transversalidade e da interdisciplinaridade da temática de Saúde, Ambiente e Sustentabilidade aponta modos de trabalhar o conhecimento na busca da integração de saberes e práticas, ou seja, a criação de espaços de diálogos entre diferentes conhecimentos, permitindo o compartilhamento, a ressignificação e a produção de novos saberes.

A relação Saúde, Ambiente e Sustentabilidade é permeada por diferentes abordagens, social, política, ambiental, econômica e cultural, se constituindo em um todo complexo, com partes interdependentes e interativas em uma concepção sistêmica.

O programa se sustenta na coordenação de Ambiente da VPAAPS e se ancora no processo de governança da Câmara Técnica de Saúde e Ambiente (CTSA) da Presidência da Fiocruz. Reorganiza o contexto da área de Ambiente, e se relaciona com os demais programas institucionais e com o Centro Colaborador de Saúde Pública e Meio Ambiente OPAS/OMS. É o programa que orienta as ações da coordenação de Ambiente da VPAAPS.

O FioProsas partilha conhecimento, tecnologia e inovação para fortalecimento institucional e do mundo acadêmico no campo de saúde, ambiente e sustentabilidade, numa perspectiva de consolidação de uma rede intra Fiocruz e com outras instituições interessadas na temática, de modo a potencializar os frutos e ganhos de estudos, projetos e ações planejadas e executadas na instituição.

Dada a complexidade de sua proposta, o âmbito específico de trabalho do FioProsas se propõe ser definido por meio de um processo dinâmico e bem coordenado, incluindo consultas temáticas contínuas à especialistas, análise das prioridades e necessidades atuais e emergentes da população, identificação das lacunas atuais no conhecimento, dados e informações, análise das agendas de políticas públicas atuais e emergentes e consulta a várias partes interessadas e parceiros internos e externos.

O processo de governança do programa está alinhado com a governança da coordenação de Ambiente da VPAAPS.

O PROCESSO DE GOVERNANÇA DO PROGRAMA ESTÁ ALINHADO COM A GOVERNANÇA DA COORDENAÇÃO DE AMBIENTE DA VPAAPS.

Referência Bibliográfica

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS; MARILENA CHAUI. DIREITOS HUMANOS, DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO. Place of publication not identified: CORTEZ EDITORA., 2014. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&scope=site&db=nlebk&db=nlabk&AN=2244719>. Acesso em: 21 ago. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo, 2007.

BRASIL. Constituição. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 21 ago. 2021.

OLIVEIRA, M. H. B. de et al. Direitos humanos, justiça e saúde: reflexões e possibilidades. Saúde em Debate, [S. l.], v. 43, p. 9–14, 19 jun. 2020.

MINAYO-GOMEZ, C. Historicidad del concepto “salud del trabajador” en el ámbito de la salud colectiva: el caso de Brasil. Salud Colectiva, 8: 221-227, 2012.

UNICEF - FUNDO DA NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. Declaração Universal dos Direitos Humanos. [s. d.]. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 21 ago. 2021.

CARNEIRO, Fernando F.; PESSOA, Vanira M. Iniciativas de organização comunitária e Covid-19: esboços para uma vigilância popular da saúde e do ambiente. Trabalho, Educação e Saúde, v. 18, n. 3, 2020, e00298130. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00298.

Meneses, M. P., Nunes, J. A., Añón, C. L., Bonet, A. A., & Gomes, N. L. (2019). O Fórum Social Mundial como epistemologia do Sul. In Boaventura de Sousa Santos: Construindo as Epistemologias do Sul Para um pensamento alternativo de alternativas, Volume II (pp. 715–732). CLACSO. <https://doi.org/10.2307/j.ctvt6rkm6.29>.

MACHADO, 2021 - <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/e-fundamental-construir-com-a-comunidade-um-dialogo-e-alternativas-de-cuidado/>

SEVALHO, Gil. Apontamentos críticos para o desenvolvimento da vigilância civil da saúde. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 26 [2]: 611-632, 2016.

ALMEIDA FILHO, Naomar de et al. Construindo a epidemiologia. In: ALMEIDA FILHO, Naomar de; BARRETO, Maurício Lima. Epidemiologia & saúde: fundamentos, métodos, aplicações. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

BARATA, Rita B; ALMEIDA FILHO, Naomar de; BARRETO Maurício. Epidemiologia social. In: ALMEIDA FILHO, Naomar de; BARRETO, Maurício Lima. Epidemiologia & saúde: fundamentos, métodos, aplicações. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

BREILH, Jaime. Entrevista: Jaime Breilh. Rev. Trabalho Educação e Saúde. v.13, n. 2, p. 533-540. 2015.

BREILH, Jaime. Epidemiologia crítica: ciência emancipadora e interculturalidade. 20 ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. 317 pp.

RAMOS, Francisco Lúzio de Paula et al. As contribuições da epidemiologia social para a pesquisa clínica em doenças infecciosas. Rev Pan-Amaz Saude, Ananindeua, v.7, n. esp, p. 221-229, dez. 2016.

World Health Organization. Burden of disease from the joint effects of household and ambient Air pollution for 2016. Geneva; 2018. https://www.who.int/airpollution/data/AP_joint_effect_BoD_results_May2018.pdf (accessed 28 Janeiro 2021).

Gouveia N, Corrallo FP, Leon ACP, Junger W, Freitas CU. Air pollution and hospitalizations in the largest Brazilian metropolis. RevSaude Publica. 2017 Dec4;51:117. doi: 10.11606/S1518-8787.2017051000223

Olmo NRS, Saldiva PHN, Braga ALF, Lin CA, Santos UP, Pereira LAA. A review of low-level air pollution and adverse effects on human health: implications for epidemiological studies and public policy. Clinics. 2011;66(4):681-90.

JATOBA, Sérgio; CIDADE, Lucia; VARGAS, Glória. Ecologismo, Ambientalismo e Ecologia Política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. Sociedade e Estado, Brasília, (24) 1. 47-87, Jan/abr.2009.

BRYANT, Raymond; BAILEY, Sinead. Third World Political Ecology. New Uork: Routledge, 1997.

BREILH, II Simpósio Brasileiro de Saúde Ambiental – Exposição Oral. 2014.

PORTO, Marcelo Firpo. Saúde do trabalhador e o desafio ambiental: contribuições do enfoque ecossocial, da ecologia política e do movimento pela justiça ambiental. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2005, vol.10, n.4, pp. 829-839.

Gouveia, N., Junger, W.L., 2018. Effects of air pollution on infant and children respiratory mortality in four large Latin-American cities. Environ. Pollut. 232, 385–391.

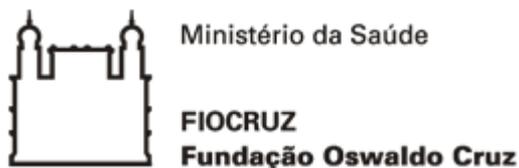
RELPH, E. As bases fenomenológicas da Geografia. Revista Geografia, v. 4, n. 7, p. 1-25, abr., 1979.

Anexo I

PORTARIA Nº 5792, de 23 de dezembro de 2020

Formaliza o Programa de Saúde, Ambiente e Sustentabilidade da Fiocruz (FioPROSAS) no âmbito da Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS).

<https://portal.fiocruz.br/documento/portaria-no-5792-de-23-de-dezembro-de-2020>



Portaria da Presidência

PORTARIA Nº 5792, de 23 de dezembro de 2020

A Presidente da Fundação Oswaldo Cruz, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto de 03 de janeiro de 2017, da Presidência da República e pelo Decreto nº 8.932, de 14 de dezembro de 2016 - Estatuto da Fiocruz,

RESOLVE:

CONSIDERANDO

A produção científica, ensino, desenvolvimento tecnológico e inovação sobre as relações entre saúde, ambiente e sustentabilidade são elementos estruturantes da Fiocruz desde sua origem;

A trajetória de crescimento e efetividade da área de saúde, ambiente e sustentabilidade desde sua incorporação à estrutura da Presidência da Fiocruz, incluindo a constituição da Câmara Técnica de Saúde e Ambiente;

A designação e sucessivas redesignações da Fiocruz enquanto Centro Colaborador de Saúde Pública e Ambiente da OPAS/OMS, desde 2011 até a presente data;

A existência de cerca de quarenta dispositivos (departamentos, centros, laboratórios, observatórios, cursos, grupos de pesquisa) institucionais que desenvolvem relevantes e estratégicas iniciativas de CT&I em saúde, ambiente e sustentabilidade, os quais envolvem todas as vice-presidências e um conjunto significativo das unidades e demais organizações da Fiocruz;

Os produtos, resultados e entregas destas iniciativas resultam no fortalecimento do SUS e demais políticas públicas relacionadas à determinação socioambiental da saúde;

Os planos de trabalho de saúde, ambiente e sustentabilidade estão devidamente alinhados com as deliberações dos últimos 6º, 7º e 8º Congressos Internos da Fiocruz, no sentido de fortalecimento de suas ações, cujas deliberações apontam a criação do Programa de Saúde e Ambiente;

A estreita interrelação entre a área de Saúde, Ambiente e Sustentabilidade com a Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030;

Os desafios teóricos e práticos para proporcionar à Fiocruz competências ainda mais efetivas para o enfrentamento dos desafios da complexidade das crises civilizatória e planetária do século XXI, frente à intensificação dos problemas multiescalares (do global ao local) que incidem sobre as sociedades e seus territórios, i.e. mudança climática e demais rupturas ambientais de alto impacto socio-sanitário, incluindo a pandemia do COVID - 19;

A necessidade de consolidação, fortalecimento e ampliação das iniciativas em saúde, ambiente e sustentabilidade, somada à necessidade de criar mecanismos e processos que assegurem a convergência de ações que resultem na integralidade e sistematicidade institucional em saúde, ambiente e sustentabilidade;

O ESTATUTO Fiocruz CAPÍTULO I DA NATUREZA, SEDE E FINALIDADE Art. 1º A Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, criada pelo Decreto nº 66.624, de 22 de maio de 1970, dotada de personalidade jurídica de direito público, vinculada ao Ministério da Saúde, com sede na cidade do Rio de Janeiro, com prazo de duração indeterminado, tem por finalidade desenvolver atividades nos campos da saúde e ambiente, da educação e do desenvolvimento científico e tecnológico.

1.0 - PROPÓSITO

Formalizar o Programa de Saúde, Ambiente e Sustentabilidade da Fiocruz (FioPROSAS) no âmbito da Vice Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS).

2.0 - OBJETIVO GERAL

Institucionalizar o Programa de Saúde, Ambiente e Sustentabilidade da Fiocruz (FioPROSAS) no âmbito da Vice Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS).

3.0 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar estratégias que apontem caminhos de curto, médio e longo prazo visando assegurar a consolidação, fortalecimento e ampliação das iniciativas do FioPROSAS;

Identificar e implementar mecanismos e processos que assegurem a convergência e sincronia de ações e a consequente integralidade e sistematicidade institucional do FioPROSAS;

Elaborar Planos de Trabalho que apontem ações prioritárias e estratégicas do FioPROSAS para o período correspondente e seu monitoramento e avaliação;

Identificar e implementar estratégias para constituição da Rede Colaborativa Fiocruz em Saúde, Ambiente e Sustentabilidade, no âmbito do FioPROSAS;

Estruturar mecanismos de consolidação de dados e informação em Saúde, Ambiente e Sustentabilidade.

4.0 - VIGÊNCIA

Essa portaria entra em vigor na data da sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **NISIA VERONICA TRINDADE LIMA, Presidente**, em 23/12/2020, às 22:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0486549** e o código CRC **B6AD2B9E**.



Portaria da Presidência

PORTARIA Nº 5793, de 23 de dezembro de 2020

A Presidente da Fundação Oswaldo Cruz, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto de 03 de janeiro de 2017, da Presidência da República e pelo Decreto nº 8.932, de 14 de dezembro de 2016 - Estatuto da FioCruz,

RESOLVE:

1.0 - PROPÓSITO

A Portaria 5792, de 23 de dezembro de 2020, que Formaliza o Programa de Saúde, Ambiente e Sustentabilidade da FioCruz (FioPROSAS) no âmbito da Vice Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS).

2.0 - OBJETIVO

Designar o servidor Guilherme Franco Netto, Especialista de Ciência, Tecnologia & Inovação em Saúde, Ambiente e Sustentabilidade, matrícula SIAPE 519807, lotado nesta VPAAPS, para exercer a Coordenação do FioPROSAS.

3.0 - VIGÊNCIA

Essa portaria entra em vigor na data da sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **NISIA VERONICA TRINDADE LIMA, Presidente**, em 23/12/2020, às 22:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0486552** e o código CRC **953F7BBA**.